

AS NOVAS UNIVERSIDADES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.226.5>

Jorge Gaspar

Universidade de Lisboa (Emérito)

As universidades são entidades com grande capacidade para melhorar o ordenamento do território, sendo que “O ordenamento do território é a arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento.”

Gaspar, 1995

Esta perspetiva é válida para as diferentes escalas em que se insere e caracteriza qualquer lugar. Assim as universidades são das instituições com maior capacidade para a interação à escala global, desde logo no âmbito das trocas científicas, interação que tem sido potenciada na era digital. E a maior mobilidade e interação do conhecimento tem incrementado a interação entre pessoas, alunos e professores, mormente o que vai provocar aproximações nas trocas materiais e nos comportamentos culturais.

À escala nacional as universidades são responsáveis pelo incremento de um dos principais bens de um país: o da coesão social e cultural, que acaba por contribuir também para a coesão territorial. O sistema de recrutamento dos estudantes pelas diferentes universidades acaba por contribuir também para aumentar a coesão social e cultural. A outra escala e com resultados potencialmente de maior relevo, a universidade acabou por desempenhar o papel em tempos reservado ao serviço militar obrigatório, principal instrumento de aproximação territorial, social e cultural dos jovens oriundos das diferentes parcelas do país.

Na medida em que as universidades são instrumentos de aglomeração, gerando movimentos centrípetos, tanto em relação às populações como no que respeita os consumos, qualificados e diversificados, as universidades constituem também forças de afirmação de centralidades regionais e/ou sub-regionais. Por aí constituindo forças de afirmação e valorização da base económica das cidades em que estão sediadas.

Mas as universidades também têm um grande poder de ordenar e valorizar o espaço urbano, podendo contribuir para complementar e dar maior escala às ofertas comerciais e culturais das cidades. Sendo assim, as universidades deverão ser parceiras privilegiadas da gestão urbana (municipal e/ou intermunicipal), podendo uma boa cooperação contribuir para a emergência de economias mútuas, da cidade e da universidade. Isto tanto vale para o bom desenho da cidade como para a boa gestão do tempo, do diurno ao sazonal – veja-se como, por exemplo, o stock habitacional estudantil pode complementar, no verão, o stock habitacional turístico.



Figura 1: III Plano de Fomento para 1968-1973

Desde a década de 1950 e com maior acuidade a partir dos anos 1960, em particular no III Plano de Fomento (1968-1973), com Marcelo Caetano, as políticas urbanas ganham um peso maior, constituindo o travejamento do desenvolvimento regional. O Centro de Estudos de Planeamento, do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, publicou em 1968 a *Rede Urbana do Continente – hierarquia e funcionamento*, que desde então foi uma referência para o ordenamento do território.

Entretanto, em 1963, fora criado junto do Gabinete do Ministro das Obras Públicas o Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação – Engenheiro Duarte Pacheco, que viria a publicar a Revista Urbanização, a partir de 1966 e até ao último número de 1974-1975. Com introdução de José Pedro Martins Barata e direção do Presidente do Centro, Arquiteto Duarte Castel-Branco.

Nestes estudos encontramos conceitos e bases quantificadas necessários para a localização e implantação de equipamentos estruturantes, como eram os equipamentos escolares.



Figura 2: Rede Urbana do Continente – hierarquia e funcionamento

José Pedro Martins Barata, então a colaborar com o Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa do Ministério da Educação, dirigido por J. Fraústo da Silva, em junho de 1972 apresentou, no âmbito do núcleo da Rede Escolar, o estudo inovador *“A localização de novos centros universitários – primeiro ensaio de uma metodologia”*.

Entretanto os novos estudos de Economia e Demografia levados a cabo no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, forneceram orientações consistentes quanto à evolução do mercado de trabalho e da Demografia.

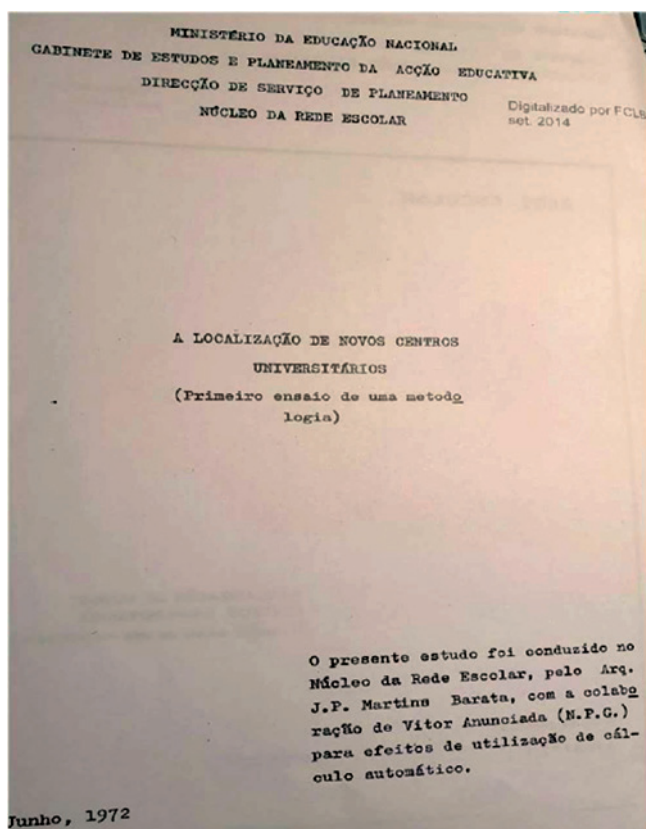


Figura 3: A localização de novos centros universitários (primeiro ensaio de uma metodologia)

É na convergência destas informações e consultadas outras instâncias, nomeadamente as comissões de planeamento regional, que o **GEPAE** vai

desenvolver um documento informando uma proposta da criação de novos estabelecimentos do ensino superior.

A partir daqui e não obstante algumas lacunas analíticas, o Ministro José Veiga Simão elabora uma síntese verdadeiramente notável que é levada à reunião do Conselho de Ministros, na primeira parte de 1973, e que dará origem ao Decreto-Lei 402/73 de 11 de Agosto, que cria novas universidades, institutos politécnicos e escolas normais superiores, define o regime das suas comissões instaladoras e adota providências destinadas a assegurar o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respetivas atividades.

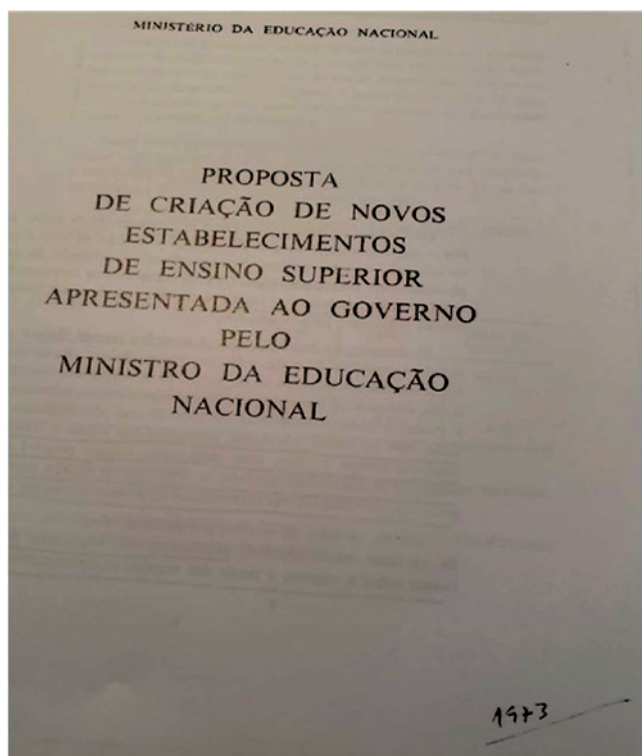


Figura 4: Proposta de criação de novos estabelecimentos de ensino superior apresentada ao Governo pelo Ministro da Educação Nacional

O documento trata os múltiplos aspetos pertinentes, dando naturalmente particular ênfase às questões que relevam do território, da escala nacional à escala urbana. É sobre esta componente que nos vamos debruçar.

Em primeiro lugar sublinha-se a primazia conferida ao fenómeno urbano e à cidade enquanto quadro de implantação de novas universidades e dos novos estabelecimentos de ensino superior, institutos politécnicos e escolas normais superiores, entendidos como infraestruturas físicas e sociais.

“Os estabelecimentos universitários devem integrar-se nos complexos urbanos, não devendo programar-se a criação de “campus universitários” segregados da vida das cidades” (p. 13). E são assinaladas várias razões para esta opção: 1. evitar o divórcio entre os jovens e a sociedade “levando-os a refletir sobre as dificuldades do trabalho quotidiano e a compreender as obrigações da vida cívica, privada e profissional do cidadão”; 2. as universidades devem desempenhar um papel de relevo na formação contínua dos cidadãos... na difusão da cultura, no aperfeiçoamento e atualização profissional e científica, e por isso é vantajoso que o seu acesso seja fácil a partir dos locais de trabalho e de habitação; 3. reduz-se assim o peso dos equipamentos de utilização universitária exclusiva, das creches aos supermercados, centros de diversão e de cultura...

Veiga Simão vai mesmo ao ponto de sugerir que o Ministério da Educação Nacional deve participar na elaboração dos planos diretores de urbanização. Convergente e conferindo ao tema um enquadramento teórico tinha sido o artigo de Nuno Portas e José Pedro Martins Barata. «A universidade na cidade: problemas arquitetónicos e de inserção no espaço urbano» (*in Análise Social*, 1968).

Muito interessante, embora menos explícita, é a argumentação que terá levado à escolha das localizações no território nacional dos novos estabelecimentos universitários e de ensino superior. Note-se que, para o efeito, dispunha do estudo de base elaborado no GEPAE por José Pedro Martins Barata, além das pesquisas realizadas no Secretariado Técnico da Presidência.

Não restam dúvidas que o bom sucesso das novas universidades que agora comemoram os primeiros 50 anos da sua existência se deve em grande medida à visão, ao conhecimento e à determinação política do Ministro José Veiga Simão, que soube e conseguiu conjugar vários saberes, mormente os

que relevam do ordenamento do território, mas os resultados finais, nas suas diversidades, resultaram das leituras locais e necessárias articulações conseguidas pelas comissões instaladoras, em que emergiram as lideranças reitorais.

Por isso, o documento assinado por Veiga Simão, apresentado em 1973, em Conselho de Ministros, “Proposta de criação de novos estabelecimentos de ensino superior apresentada ao Governo pelo Ministro da Educação Nacional”, deveria fazer parte da bibliografia dos cursos de urbanismo e/ou ordenamento do território.

Também não se pode esquecer a importância que teve a “internacionalização” dos primeiros docentes destas universidades, mormente os que fizeram parte das comissões instaladoras, sublinhando-se o papel dinamizador dos que, na senda do Ministro Veiga Simão, passaram pelo *HUB* que foi a Universidade de Lourenço Marques. Noutra dimensão e com visões alternativas – o que também deve ter contribuído para as opções do crescimento da Universidade, o papel dos académicos que estavam no exílio em universidades europeias, o que foi particularmente influente na Universidade Nova de Lisboa.

As novas Universidades do Minho e de Aveiro: Dois casos bem sucedidos

O principal fator de localização é determinado pela procura, que se concentra na faixa litoral que se estende de Setúbal a Braga e tem como principais polarizações a Área Metropolitana de Lisboa e a nebulosa urbana (para usar a expressão de Orlando Ribeiro) que se estende de Aveiro a Braga. Às diferenças demográficas, sociais e económicas destas duas polarizações, corresponderam diferentes propostas para as novas universidades. Note-se ainda que as universidades de Aveiro e do Minho vão contribuir para minorar a carência de fortes polarizações a norte e a sul da referida nebulosa. Ou como diria mais tarde numa sessão solene na Universidade de Évora: “Os estudos técnicos sustentavam, com um conjunto de indicadores demográficos e de atividade socioeconómica, que as universidades deveriam ser criadas no Litoral, onde se concentrava o desenvolvimento. Assim sendo, Évora não tinha lugar.

A minha argumentação baseou-se na defesa dos valores humanos existentes, numa estratégia para chamar a universidade ao desempenho de motora do desenvolvimento desta região, favorecendo da fixação de gente qualificada. Um desempenho cultural e económico num quadro de Economia regional, nacional e internacional.” (*In* lição proferida na sessão comemorativa dos 25 anos da Universidade de Évora).

Sublinhe-se ainda a “sábia” solução encontrada para valorizar/aproveitar as virtualidades da secular bipolarização Braga-Guimarães.



Situada no Campus de Azurém, a EAAD, projeto da autoria dos arquitetos Fernando Távora e José Bernardo Távora, foi inaugurada em 2004. A Escola situa-se no prolongamento do eixo inicial e organizador do Campus, traçado por Bartolomeu Costa Cabral na década de 80.

Figura 5: EAAD



Figura 6: Universidade do Minho – Campus de Gualtar

Na perspetiva do ordenamento urbano tanto a Universidade Aveiro como a do Minho, esta nos seus dois polos, Braga e Guimarães, enquanto obedecem ao princípio da aglomeração dos campos universitários, inserem-se perfeitamente na aglomeração citadina, com diferenciações decorrentes dos respetivos sítios e dos processos de crescimento urbano. A este propósito atente-se na síntese da leitura do Professor Walter Rossa “Apesar da sua autonomia funcional e formal, o campus da UA não é um apêndice, uma “torre de marfim” como frequentemente se diz das universidades, mas uma parte da cidade, o que é fundamental para a integração sensível de ambas as comunidades. A UA marca, com qualidade indelével, a paisagem urbana de Aveiro, mas bem para além disso é um contributo fundamental para a

qualidade de vida, a inovação, o desenvolvimento da cidade. Compreende-se, pois, o entusiasmo sereno com que, sempre com novidade, Jorge Arroiteia regressa à celebração dos aniversários redondos da instituição. É que raramente se fez cidade assim em Portugal. Parabéns!” (Walter Rossa, Coimbra, 10 de abril de 2023).



Figura 7: Universidade de Aveiro: Eixo Central

A nova Universidade de Lisboa

Embora a solução de uma nova universidade na Península de Setúbal (“Universidade de Lisboa-Sul”) fosse aparentemente óbvia, já a sua implementação oferecia dificuldades, que na prática impediriam o modelo de se instalar. Diferentes visões e interesses levaram desde o início a uma fragmentação que continuou até aos nossos dias. Desde logo entre um “campus” na margem sul, orientado pelo transporte automóvel e dois núcleos na área central de Lisboa (Campolide/Avenida de Berna), aproveitando instalações militares desativadas.

Além de se ter perdido o possível equilíbrio na distribuição do ensino universitário na Área Metropolitana de Lisboa, também se perdeu a oportunidade de a partir do bom ordenamento das instalações da nova universidade “fazer cidade”, dando coerência a áreas de urbanização difusa/ilegal

existentes no miolo da Península de Setúbal (Seixal, Barreiro, Palmela, Sesimbra), aproveitando uma boa oferta de transportes públicos: fluvial, rodoviária e ferroviária, esta (**Fertagus** – Lisboa (Av. Roma)-Setúbal) formando uma diagonal estruturadora. Ou seja, experimentando o modelo da implantação da Universidade de Tor Vergata na periferia de Roma ocupada por fragmentadoras áreas urbanas de génese ilegal.



Figura 8: Universidade de Tor Vergata

Évora: cidade e universidade

O Instituto Universitário de Évora, que numa primeira fase resultaria da junção de duas instituições de ensino superior, uma privada, o Instituto de Estudos Económicos e Sociais, de iniciativa do conde de Vila Alva e integrando a congregação dos Jesuítas, e outra pública, o Instituto Superior da Agropecuária e de Gestão Agrícola, resultado da “promoção” da Escola de Regentes Agrícolas. O primeiro com instalações no centro de Évora, o segundo com diversificadas infraestruturas na periferia de Évora, em Valverde. Como se “previa” na proposta do Instituto Universitário de Évora, este em breve seria promovido a Universidade, o que aconteceu em 1979.

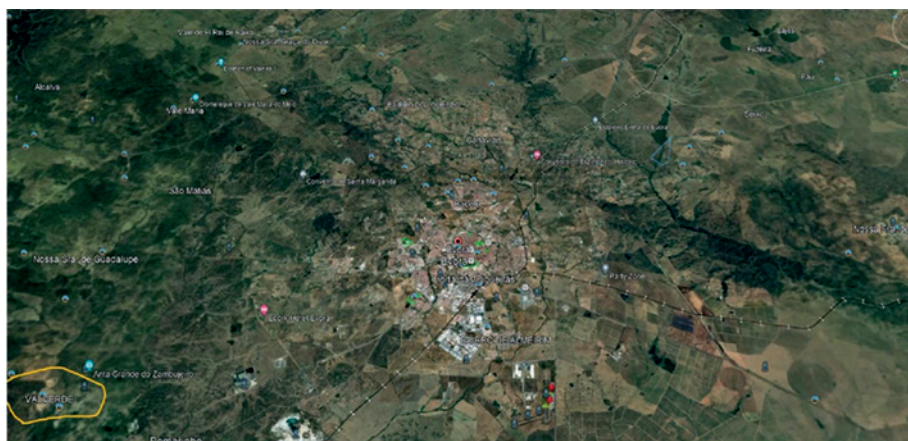


Figura 9: Évora

Outro aspeto da influência das novas universidades (e institutos politécnicos) no desenvolvimento urbano, mormente nas cidades secundárias, é o do contributo muito expressivo que tiveram no aprofundamento do cosmopolitismo e, por aí, para a aproximação entre povos, culturas, géneros, para o reforço da coesão social.

Évora, apesar da sua aparente quietude, é um excelente exemplo da mudança verificada – óbvio para quem como eu conhece e vive a cidade há 60 anos: há 50 anos ainda não entravam senhoras no café-pastelaria ARCADE, na Praça do Giraldo.

Antecessor da Universidade de Évora, o Colégio/Universidade do Espírito Santo foi, ao longo de dois séculos (1579-1759), uma instituição religiosa com a missão de formar quadros jesuítas que projetassem esta ordem religiosa no Mundo. Em função da nova realidade política e religiosa o colégio jesuíta é extinto em 1759. O Instituto Universitário de Évora, fundado em 1973 e que acedeu ao estatuto de universidade em 1979, insere-se no quadro do ensino universitário público português.

A integração da Universidade de Évora na cidade é singular, tanto no que respeita a componente física como a componente humana. Em ambos os casos podemos falar de uma dispersão, com alguma tendência para a polinucleação. Mas é uma universidade inserida na cidade, desde cedo o caminho apontado por Nuno Portas ao reitor Ário de Azevedo, como este sublinhou

na sessão solene comemorativa dos 25 anos da “restauração” da universidade de Évora: *Depois pôs-se o problema da instalação. Analisámos com cuidado a questão e foram ouvidas várias pessoas e uma das que mais influência teve sobre a Comissão Instaladora foi o arquiteto Nuno Portas, um dos nossos primeiros conselheiros que nos disse, e a frase é dele, insiram a Universidade na urbe. E disse mais, há bons edifícios na cidade de Évora e é mais barato recuperar bons edifícios do que construir edifícios de raiz. Mais tarde, cerca de três anos depois, foi possível demonstrar ao Ministro da Educação de então que o património da Universidade de Évora era maior do que o de muitas outras Universidades novas e com muito menores encargos de investimento.*



Figura 10: Universidade de Évora

No que toca às infraestruturas a Universidade foi ocupando instalações que antes tiveram outros usos, incluindo os dois principais núcleos iniciais – o Colégio do Espírito Santo, antes o Liceu de Évora, que por sua vez fora, até 1759, o Colégio Jesuíta; e a Escola de Regentes Agrícolas, na Herdade da Mitra. Deve salientar-se, mais recentemente, a criação de dois importantes polos através da reciclagem de estruturas militares (Quartel RAL 3) e industriais (Complexo Fabril dos Leões), o primeiro dando lugar à Escola de Ciências e Tecnologia, o segundo integrando a Escola de Artes (Arquitetura, Artes Visuais e Design). Quer pela instalação de atividades de ensino e outros

serviços pela cidade, quer pelo uso habitacional por parte da comunidade universitária, a Universidade de Évora tem tido um papel relevante na reciclagem e requalificação da cidade de Évora.



Figura 11: Colégio dos Leões (Inês Lobo e Ventura Trindade)

O crescimento e alterações qualitativas da Universidade implicam um estudo aturado sobre o modelo mais adequado para a sua inserção na cidade. Numa primeira abordagem são postos em confronto os modelos da Universidade-Campus versus a Universidade Polinucleada. Nessa profunda reflexão, que se impõe com urgência, devem participar representantes da Cidade e da Universidade, pois de um conjunto de bem ordenadas decisões comuns poderão resultar benefícios para ambas, tendo em conta, nomeadamente, o papel que poderão desempenhar no âmbito regional, nacional e internacional e a necessidade de salvaguardar o património histórico-cultural, que na cidade de Évora tem projeção internacional.

O mesmo documento que criou as quatro novas universidades (Minho, Aveiro, Nova de Lisboa e Évora), criou dez institutos politécnicos e nove escolas normais superiores.

Embora o documento não refira, a leitura da distribuição dos dezanove estabelecimentos de ensino superior sugere uma preocupação de colocar esses institutos com um papel de correção das assimetrias regionais, uma lógica muito distinta da criação das quatro universidades, talvez com a exceção da Universidade de Évora, embora os documentos fundadores não refiram esse papel de “equilibrador”, mas antes o de “confrontação” com a recém-criada Universidade da Extremadura...

Referências bibliográficas

- Brazão, C. A. Silva (2018), *A Metodologia de Nuno Portas. Um Percurso entre Arquitectura e Política*, Lisboa.
- Figueira, Jorge (2010), “Nuno Portas, Hestnes Ferreira, Conceição Silva: sobressaltos em Lisboa, anos 1960” in «Revista Crítica de Ciências Sociais», 91, pp. 77-89.
- Gaspar, J. (1995), *O novo ordenamento do território: geografia e valores*, Scripta Vetera, Barcelona.